

Cristina Bruschini e Heloísa Buarque de Hollanda
organizadoras

Horizontes Plurais

Novos Estudos de Gênero no Brasil

FE Fundação Carlos Chagas

editora  34

HORIZONTES PLURAIS
Novos Estudos de Gênero no Brasil

Introdução	7
1. Prostituição, trocas e convites sexuais na adolescência feminina pobre <i>Aparecida Fonseca de Moraes</i>	15
2. Violência conjugal e o recurso feminino à polícia <i>Elaine Reis Brandão</i>	51
3. Aids: trajetórias afetivo-sexuais das mulheres <i>Regina Célia Pereira Campos</i>	85
4. Ficar e namorar <i>Flávia Rieth</i>	111
5. A mulher juíza e a juíza mulher <i>Eliane Botelho Junqueira</i>	135
6. Mulheres tukanos e a urbanização no Alto Rio Negro <i>Cristiane Lasmar</i>	163
7. Relações de gênero na agricultura familiar no perímetro irrigado de São Gonçalo (PB) <i>Auri Donato da Costa Cunha</i>	193
8. A mulher, o masoquismo e a feminilidade <i>Silvia Alexim Nunes</i>	225
9. <i>Dancings</i> e cabarés: trabalho e disciplina na noite carioca (1937-1950) <i>Lená Medeiros de Menezes</i>	249
10. Sexualidade e docência feminina no ensino primário do Rio de Janeiro (1930-1940) <i>Diana Gonçalves Vidal</i>	281
11. Entre o desencanto e a paixão: desafio para o magistério <i>Cláudia Vianna</i>	315
12. A revista <i>Nova Escola</i> e a constituição de identidades femininas <i>Marisa Vorraber Costa e Rosa Maria Hessel Silveira</i>	343
13. Gênero e trabalho docente: em busca de um referencial teórico <i>Marília Pinto de Carvalho</i>	379
Sobre as autoras	411

INTRODUÇÃO

Não há risco em afirmar que o debate hoje conduzido pelos movimentos de mulheres e pelos estudos feministas não é mais novidade, como nos anos 70, mas uma realidade que, nos 90, marcou sua presença, de forma definitiva, na política, na economia, na academia e nos meios de comunicação.

Na arena pública, alguns exemplos são inevitáveis. As Conferências Internacionais promovidas pelas Nações Unidas — sobretudo a de População, no Cairo, em 1994 e a da Mulher, em Pequim, em 1995 — constituíram-se sobretudo como fatores importantes na formação de grupos que, ao longo da década, aprofundaram o debate de idéias e a formulação de propostas a serem apresentadas nos foruns governamentais e não-governamentais. Numa iniciativa pioneira, o governo brasileiro consultou a sociedade civil para a elaboração do *Relatório sobre a mulher na sociedade brasileira* apresentado, pelo Itamaraty, na Conferência de Pequim¹. Segundo esse documento, a presença das mulheres, em 1994, embora crescente no poder público, ainda permanecia irrisória na Câmara dos Deputados e no Senado, onde o percentual feminino era de apenas 5,7%. Com o propósito de enfrentar a baixa representação feminina nas instâncias políticas decisórias, a bancada feminina do Congresso Nacional e parlamentares brasileiras organizam-se e conseguem a aprovação de lei que assegura cota mínima de 20% de mulheres candidatas aos cargos legislativos a partir de outubro de 1996. A publicação — no âmbito da campanha *Mulheres Sem Medo Do Poder*, promovida pela bancada feminina no parlamento brasileiro — de uma cartilha² para as candidatas a vereadoras, elaborada por feministas ligadas a importantes órgãos governamentais como o IPEA e o IBGE pode ser vista como exemplar desse processo de revigoramento, nos anos 90, da luta das mulheres por uma maior participação política. O resultado deste revigoramento pode ser facilmente constatado por alguns fatos expressivos como a reinstituição do *Conselho Nacional dos Direitos da Mulher*, ligado ao poder executivo, deses-

¹ Ver, a esse respeito, Relatório Geral Sobre A Mulher Na Sociedade Brasileira — IV Conferência Mundial sobre a Mulher: ação para igualdade, desenvolvimento e paz, Pequim 1995, República Federativa do Brasil, Brasília, dezembro de 1994.

² Ver *Mulheres sem Medo do Poder: chegou a nossa vez*, Cartilha para Mulheres candidatas a vereadoras — 1996, DIPES-IPEA, Bancada feminina no Parlamento Nacional, IBGE, Senado Federal, Rio de Janeiro, julho de 1996.

truturado no final dos anos oitenta, o fortalecimento dos Conselhos Estaduais da Mulher e a constituição de um Fórum Nacional de Conselhos Estaduais da Mulher que, sem dúvida, definem novas possibilidades para o encaminhamento de reivindicações e para a formulação de políticas públicas em benefício das mulheres.

No campo do trabalho, as mulheres se impõem definitivamente como importantes atores sociais, sendo possível afirmar que a ampliação do contingente feminino no mercado de trabalho foi uma das mais marcantes transformações ocorridas no país nas últimas décadas. Com um acréscimo de cerca de 12 milhões de trabalhadoras e uma ampliação da ordem de 63%, as mulheres desempenharam um papel muito mais relevante do que os homens no crescimento da população economicamente ativa, no período 1985 a 1995, quando as taxas de atividade feminina atingiram 48%. O novo contingente de trabalhadoras é agora composto por mulheres mais velhas e casadas. Mas suas novas responsabilidades não as eximem das familiares e maternas. Ao contrário, qualquer que seja sua situação laboral, as mulheres seguem sendo responsáveis por múltiplas tarefas associadas à casa, aos filhos, à família em geral. Para a maioria delas, a sobreposição dos afazeres domésticos e da atividade econômica representa uma enorme sobrecarga. É desta condição de gênero que resulta, para as mulheres, uma posição secundária e discriminada no mercado de trabalho. A informalidade, a segregação ocupacional, os entraves para o acesso a cargos de chefia e as desigualdades salariais continuam sendo marcas do trabalho feminino. No entanto, apesar disso, as mulheres também vêm abrindo novos espaços de trabalho, na área financeira e bancária, em profissões de prestígio como a medicina e a magistratura e em algumas ocupações de supervisão e chefia intermediária, nas quais ocupam, na primeira metade da década, de 30% a 35% dos empregos³. Exemplos como estes mostram que, apesar das barreiras ainda encontradas, as mulheres, neste final de milênio, vêm revelando uma determinação e criatividade inesgotáveis para enfrentá-las.

Estes avanços não têm sido menos significativos na área da produção científica. Foi nesta década que a questão da mulher e os estudos sobre as relações de gênero ganharam uma nítida visibilidade no meio acadêmico brasileiro. Organizam-se seminários, constituem-se novos grupos de trabalho nas principais associações científicas do país como a ABET/Associação Brasileira de Estudos do Trabalho e a ALAST/Associação Latino Americana de Sociologia do Trabalho, para citar apenas algumas;

³ Bruschini, Cristina. Trabalho das mulheres no Brasil: continuidades e mudanças no período 1985-1995. Relatório elaborado para a OIT/Organização Internacional do Trabalho, novembro de 1997.

consolidam-se os GTs de Gênero já “históricos” como os da ANPOCS, ABA, ABEP, ANPOLL e destacam-se com expressiva participação em seus respectivos encontros nacionais.

Observa-se nos programas de pós-graduação de todas as regiões do país, a curva crescente do número de teses e dissertações, provenientes das mais diversas áreas disciplinares, que abordam algum aspecto da temática de gênero. Entretanto, mesmo que haja um certo consenso de se levar em conta o tema *mulher* no debate das grandes questões nacionais, ainda pode ser observada a persistência de uma relativa segregação desses estudos em um espaço próprio e exclusivo, denunciando a dificuldade desses estudos se relacionarem, com legitimidade, com o âmbito mais abrangente das Ciências Humanas e Sociais, no bojo das quais emergiram.

De qualquer forma, o que gostaríamos de deixar suficientemente registrado é o fato de que estes estudos, em nosso país, foram definitivamente retirados da invisibilidade total em que se encontravam e que, hoje, não só passam a ser respeitados pelo caráter científico de sua produção, por seu inegável aprofundamento teórico e metodológico, como ainda — o que talvez seja a novidade mais gratificante — começam a explicitar sua contribuição substantiva para o *corpus* teórico das disciplinas de onde emergiram, através de uma profissionalização que complementa, se não uma perspectiva feminista, nem sempre presente, pelo menos a vontade política de desvendar hierarquias de gênero e batalhar por sua transformação.

No que diz respeito a um quadro mais geral da produção de conhecimento *stricto sensu*, os estudos sobre mulheres e relações de gênero começam, em nível internacional mas com certa repercussão no meio acadêmico nacional, a ser identificados como um dos responsáveis pelas alterações dos paradigmas epistemológicos que vêm orientando a profunda reformulação das formações disciplinares em curso na área das ciências sociais e humanas. O debate sobre a erosão de uma visão totalizante, dual ou essencialista da produção moderna de saber, sem dúvida, alimenta e é alimentado pelas interpelações promovidas pelo pensamento teórico feminista. Da mesma forma, podemos avaliar os efeitos da intervenção feminista nas questões atualíssimas colocadas pela emergência da noção de multiculturalismo. Por outro lado, a já corriqueira ênfase na multidisciplinariedade pode também ser vista como um exemplo sintomático da necessidade de revisão dos modelos curriculares promovida a partir da legitimação de novos objetos e campos de investigação tal como colocados pelas áreas emergentes de pesquisa e reflexão surgidas nestas últimas décadas, entre as quais destacam-se os estudos feministas e os estudos étnicos.

Assim, depois do bota-abixo epistemológico que caracterizou a década de 1980, poderíamos dizer que entramos definitivamente numa segunda fase, que muitos chamam, de forma perigosamente arriscada, de pós-femi-

nismo. Dizemos arriscada, na medida em que as conquistas feministas — sejam elas na área de competência dos movimentos sociais ou da militância acadêmica, no sentido de produção de conhecimento sobre o tema — ainda estão longe de terem se esgotado. Digamos, então, que um dos traços mais atraentes desta segunda fase não seja aquele de um pretensão pós-feminismo, mas a marca de um novo feminismo fundamentalmente plural.

Plural, antes de mais nada, no sentido de enfrentar um certo “imperialismo” do feminismo metropolitano hegemônico, como vem sugerindo em vários artigos Gayatri Spivak⁴, que reivindica a necessidade de especificação das diferenças entre as mulheres e, conseqüentemente, o respeito e atenção à pluralidade e à diversidade político-cultural de suas formas de expressão, demandas e necessidades objetivas. Plural ainda na contínua diversificação do leque de temas que atualmente constitui o *corpus* dos trabalhos sobre a mulher nos anos 90. Finalmente, plural pela extraordinária expansão da atuação das mulheres na esfera pública e pela vigorosa intervenção do pensamento feminista no campo da produção de conhecimento, ampliando decisivamente seus horizontes disciplinares e epistemológicos.

Por isso, é possível dizer que o que se manifesta neste conjunto de textos aqui reunidos, resultado das pesquisas vencedoras no VII Concurso de Dotações para Pesquisa sobre Mulheres e Relações de Gênero, da Fundação Carlos Chagas, é uma expressão deste horizonte plural que marca hoje a vanguarda dos estudos de gênero, revelando o amadurecimento entre nós da pesquisa nessa área.

Desde o início, abrir novos horizontes, ampliar fronteiras, estabelecer pontes e consolidar espaços foram os objetivos centrais do Programa de Dotações, realizado com o apoio da Fundação Ford desde 1978. Numa primeira fase, o tema foi retirado da total invisibilidade em que se encontrava. Pouco a pouco, portas foram se abrindo, o conjunto de questões ampliado e o campo de estudos constituído com múltiplas e heterogêneas contribuições disciplinares, como as da Antropologia, História, Sociologia, Letras.

Nos últimos dois Concursos, nosso empenho foi no sentido de estabelecer a ponte que aproxima os estudos de gênero da pesquisa e da reflexão sobre Educação. Empenho em parte motivado pela importância fundamental e pela urgência de se introduzir a questão das relações de gênero não apenas nos estudos mas também nos debates sobre as políticas educacionais no país, em parte pela histórica importância e competência

⁴ “Three women’s texts and a critique of Imperialism”, in Henry Louis Gates “Race”, *writing and difference*, University of Chicago Press, 1986. p. 262-80.

da instituição que abriga os Concursos, na área da Educação. Os alicerces desta ponte foram lançados no VI Concurso, com algum sucesso. Mas foi no VII, cujos resultados oferecemos ao público nesta Coletânea, que parece termos logrado estabelecer com sucesso esta articulação. A ênfase na área da Educação, no entanto, não impediu que o Programa mantivesse uma de suas maiores qualidades, ou seja, a insistência na heterogeneidade dos temas abordados, na diversidade das áreas de saber envolvidas, das teorias, metodologias, objetos de estudo e campos de pesquisa. Esta característica é o que orienta a seleção do conjunto de artigos reunidos neste livro.

Vários deles tocam em questões sociais prioritárias da atualidade brasileira como a prostituição infanto-juvenil, abordada aqui por Aparecida Fonseca de Moraes. A autora revela, com base nos instigantes dados de sua pesquisa, uma preocupação radical em matizar discursos vitimizadores da mídia e dos agentes sociais, aos quais contrapõe uma análise inovadora dos convites e trocas sexuais na adolescência feminina pobre. A violência conjugal é abordada por Elaine Reis Brandão da perspectiva da *suspensão* da queixa policial, da postura hesitante da *vítima* quanto à criminalização da atitude do parceiro e da provável impunidade do *acusado*, no âmbito da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher do Rio de Janeiro. A inadiável questão da Aids não poderia estar ausente neste conjunto. Regina Célia Campos nos oferece neste sentido um estudo original realizado a partir de histórias de vida de mulheres cujos parceiros estão contaminados pelo vírus HIV.

Temas que revelam novos contextos socioculturais da experiência urbana contemporânea, como o namoro e a sexualidade entre os jovens e a ascensão das mulheres ao poder, são contemplados nos artigos de Flávia Rieth e Eliane Botelho Junqueira. No primeiro caso, relatos de jovens embasam a análise da díade ficar/namorar enquanto constitutiva do código de relacionamento entre rapazes e moças, e sua função de discriminar experiências sentimentais e/ou sexuais na construção de sua vida amorosa. No segundo, *A mulher juíza e a juíza mulher*, o que está em jogo é a construção da vida profissional das mulheres e a ruptura de barreiras. Em pesquisa realizada com juízas e outros atores jurídicos, no Rio de Janeiro, são trazidas à tona novas e desafiadoras questões para o feminismo, entre elas a influência do exercício de um cargo de poder na vida privada das mulheres e a especificidade dos padrões decisórios femininos.

A pluralidade e a riqueza de temas encontra eco em outras pluralidades, entre as quais a disciplinar e a regional. Personagens femininas de tribos indígenas tukanos, do Amazonas, e famílias de agricultores da Paraíba fazem contraponto com as juízas, as meninas que se prostituem e as vítimas de violência do Rio de Janeiro, as que sofrem os efeitos da Aids

em Belo Horizonte ou os jovens que namoram em Porto Alegre. No caso dos índios tukanos, a pesquisa de Cristiane Lasmar, realizada no município de São Gabriel da Cachoeira, constata transformações significativas em suas estruturas doméstico-familiares, assim como alterações radicais na divisão sexual do trabalho, na passagem da maloca coletiva para a casa habitada por uma família nuclear. Transformação semelhante, como relata Auri Donato Cunha, ocorre com a tradicional agricultura familiar praticada pelos pequenos produtores da região de São Gonçalo, após a instalação de um projeto de irrigação que leva os fruticultores a residir em agrovilas, nas quais desenvolvem novas relações familiares e de trabalho.

Alguns estudos na área da psicanálise, história e educação procuram novos recortes e horizontes disciplinares. É neste sentido que o estimulante estudo de Sílvia Alexim Nunes adota perspectiva original, ao refletir por meio de abordagem histórica sobre a noção de masoquismo feminino, que surgiu na psiquiatria do final do século XIX e, reexaminada por Freud, gerou uma visão polêmica, no imaginário social, sobre a constituição da identidade feminina. A área de história propriamente dita vai também, por sua vez, trazer novidades, através dos artigos de Lená Medeiros de Menezes e de Diana Gonçalves Vidal. Ambos referentes ao Rio de Janeiro, no período transcorrido entre os anos trinta e cinquenta, apresentam dois pólos da representação da sexualidade no espaço público. No de Lená está presente a boemia, o mundo da diversão e da noite, o chamado *gênero alegre*, nas figuras de atrizes e dançarinas de cabaré, tidas como desavergonhadas e decaídas, que ousavam expor seu corpo e viver a própria sexualidade. As personagens presentes no artigo de Diana ilustram o extremo oposto, professoras primárias obrigadas, por força de seu ofício, a circular no perigoso e sexualizado espaço do Rio de Janeiro. A questão da educação, já presente neste texto, tem nesta coletânea uma posição de destaque. Além do estudo de Diana Vidal, temos *Entre o desencanto e a paixão* de Cláudia Vianna, no qual relatos de professoras e professores de escolas públicas estaduais de São Paulo expressam suas representações sobre a docência e sobre as políticas educacionais, assim como as orientações que articulam suas trajetórias profissionais e projetos para o futuro. O espaço da mídia no campo da educação é analisado por Marisa Vorraber Costa e Rosa Silveira, num exame detalhado da revista *Nova Escola*, uma publicação dirigida a docentes do primeiro grau, que, segundo as autoras, teve um efeito bastante contundente na constituição de identidades femininas para o magistério. Finalmente, o artigo de Marília Carvalho confirma nossa afirmação anterior, a respeito da importância da articulação dos estudos sobre Educação com a perspectiva oferecida por um recorte que privilegie a dinâmica das relações de gênero. *Em busca de um referencial teórico* constata o que havíamos previsto quando estabelecemos a área de Educa-

ção como prioritária deste VII Concurso: Marília demonstra como o gênero ainda é uma categoria pouco explorada do ponto de vista teórico nessa área disciplinar e mostra as amplas possibilidades que se abrem, pela incorporação da dimensão de gênero, na investigação da prática docente.

A nosso ver, os artigos reunidos neste volume constituem sinais significativos dos amplos horizontes que se abrem hoje para os novos estudos de gênero. São artigos que expressam este momento de reflexão e de produção de conhecimento no qual, mais do que instituir e consolidar um campo de estudos, estamos interpelando as fronteiras e contribuindo com novas e substantivas questões para nossos campos disciplinares de origem.

A organização e publicação deste livro não teria sido possível sem o dedicado e eficiente trabalho de algumas pessoas. Heloísa Padula, na condição de Assistente Técnica do Programa de Dotações, garantiu seu cotidiano, tão estimulante quanto árduo, e esteve sempre presente, no contato com a Comissão Organizadora, a assessoria e as autoras, garantindo a entrega de relatórios, pareceres e artigos em tempo hábil. Sandra Ridenti colaborou em todas as etapas do Programa, da organização dos Seminários à elaboração de Relatórios para a Fundação Ford, cujo apoio financeiro é que viabiliza este projeto. Neide Luzia de Rezende realizou minuciosa e competente preparação dos originais.

Sobretudo, devemos a publicação desta Coletânea à constante e criativa colaboração da Comissão Organizadora do VII Concurso de Dotações para Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero. Ao selecionar os projetos vencedores, acompanhar sua realização e avaliar os artigos que integram este livro, é toda a Comissão, e não apenas nós, que dela também fazemos parte, que a ele imprime um selo de qualidade. Juntamente com Céli Regina Pinto, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Léa Pinheiro Paixão, da Universidade Federal Fluminense, Lourdes Bandeira, da Universidade de Brasília, Maria Malta Campos, da Fundação Carlos Chagas e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Maria Odila Silva Dias, da Universidade de São Paulo, Mary Garcia Castro, da Universidade Federal da Bahia e Tânia Dauster, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro fizemos deste projeto um trabalho sério, criativo e, ao mesmo tempo, extremamente prazeroso.

São Paulo, dezembro de 1997

Cristina Bruschini
Fundação Carlos Chagas
Coordenadora do Programa

Heloísa Buarque de Hollanda
Universidade Federal do Rio de Janeiro